



GT 59. Mobilidade dos Povos Indígenas: fronteiras, conflitos, diferenças e direitos

Coordenador(es):

Antônio Hilário Aguilera Urquiza (UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)

Jorge Eremites de Oliveira (UFPEL - Universidade Federal de Pelotas)

Sessão 2 - Povos indígenas, arqueologia e violências

Debatedor/a: Priscila Lini (UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)

O GT pretende reunir trabalhos de pesquisadores/as que tenham pesquisa sobre os novos contextos ou cenários de mobilidade dos povos indígenas, entre aldeias, entre fronteiras, ou mesmo para centros urbanos, realidades às vezes produzidas por deslocamentos forçados motivados por grandes empreendimentos, ou histórias de expulsão de seus territórios tradicionais e as tentativas de retorno na atualidade. Conforme dados do (IBGE - 2010) ao redor de um terço da população indígena vive em espaços urbanos, enquanto outra parte vive em áreas de conflito, em acampamentos em margem de rodovias, ou mesmo em áreas tituladas por particulares, na maioria dos casos, em contextos de extrema violência. A mobilidade indígena muitas vezes é forma de resistência a múltiplas formas de violências: territoriais, culturais, políticas, de gênero, dentre outras, às quais os levam a intensa movimentação política com novas posições frente a um Estado usurpador de direitos, ao mesmo tempo em que procuram ocupar novos espaços políticos, como universidades e agências do próprio governo. Assim, este GT pretende reunir pesquisadores/as com afinidade na temática indígena e áreas afins que tragam contribuição para esse debate.

Etnoarqueologia dos aterros Guató no Pantanal do estado de Mato Grosso

Autoria: Jorge Eremites de Oliveira (UFPEL - Universidade Federal de Pelotas)

Sítios arqueológicos indígenas, compostos por montículos de terra e transformações topográficas adjacentes, são conhecidos em praticamente toda a América do Sul. Os processos construtivos desses lugares e sua funcionalidade são objetos de investigação na arqueologia desde o século XIX, especialmente com base em dados empíricos provenientes de escavações arqueológicas, coleções e informações etnográficas e etno-históricas. Os modelos interpretativos sugerem diversas funções aos montículos: locais de moradia temporária e permanente, cemitérios, praças centrais de assentamentos mais amplos, espaços com solo fértil para produção de alimentos vegetais, demarcadores territoriais e lugares de memória, dentre outras possibilidades. Os montículos são entendidos como resultado de ações comportamentais não intencionais ou intencionais para atender a diferentes realidades ecológicas, geográficas, históricas e socioculturais. No intuito de contribuir para a discussão, neste work são apresentados dados etnoarqueológicos registrados no contexto da ocupação tradicional da Terra Indígena Baía dos Guató, localizada na região do Pantanal, estado de Mato Grosso, Brasil. A observação direta sobre antigos e recentes assentamentos, associada às narrativas de indígenas sobre os lugares, permitiu compreender o significado social e funcional das estruturas arqueológicas, situando-as no contexto do tempo presente e em determinada situação histórica marcada pelo contato interétnico, discutindo sobre técnicas construtivas e importância dos lugares.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: